

SINDXF-SP

FILIADO À

CSP
CategoriasE A
COSP

CRÍSE ECONÔMICA

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

A Grécia é o Brasil amanhã

Desemprego de 60% entre os jovens menores de 30 anos, rebaixamento de salários acima de 30%, cortes brutais nas verbas para todos os serviços sociais como educação, saúde, transporte, segurança etc. As semelhanças com o Brasil não são poucas, nem são mero acaso. O plano de austeridade imposto na Grécia ataca violentamente a classe trabalhadora. A Grécia hoje está pegando fogo! Milhares estão nas ruas protestando contra a retirada de direitos.

Foi isso que Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal e coordenadora da organização brasileira Auditoria Cidadã da Dívida, viu quando esteve durante sete semanas na Grécia, trabalhando com uma comissão do Parlamento grego para auditar a dívida externa daquele país.

Quando falamos em dívida externa na Grécia hoje, também devemos pensar no Brasil. A dívida, que não foi



gerada por nós, trabalhadores, atinge cada um de nós, porque afeta o salário, o preço dos alimentos, o valor das contas a pagar e as políticas públicas, que incluem transporte, saúde e educação.

O Brasil vive parte da realidade da Grécia há muitos anos, e se não realizar a auditoria da dívida pública e mudar sua política econômica, é possível que o país também naufrague.

“O que aconteceu na Grécia, de 2010 a 2015, quando o FMI passou a intervir no país, é exatamente o que vem acontecendo no Brasil desde 1983, quando o FMI passou a intervir aqui. E hoje, apesar de ter pago a dívida e até emprestar ao fundo, estamos sujeitos a mesma política, ao mesmo receituário que a gente já sabe que é um veneno: política de juros altos, privilégio para o setor financeiro, privatizações e o ajuste fiscal (corte de gastos)”, afirma Maria Lúcia.

Segundo levantamento do Movimento Auditoria Cidadã da Dívida, em 2015, o governo federal deve gastar aproximadamente 47% do orçamento da União com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, o que significa R\$ 1,35 trilhão. Quase metade do orçamento é o que tem sido destinado aos bancos nos últimos anos, enquanto a soma dos gastos com saúde e educação não chega a 10%.

Entenda o caso grego

Segundo Fattorelli, a Grécia já vinha com esse problema desde 2010, quando sofreu uma grande interferência da chamada “Troika” (trinca formada pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e União Europeia). Essas instituições passaram a intervir no Grécia com um pacote envolvendo um contrato bilateral por meio do qual países europeus e o banco alemão emprestariam à Grécia, mas para ter direito a esse suporte financeiro o país teria que cumprir uma série de imposições. Os resgates em valores superiores a 200 bilhões de euros eram em troca da adoção de políticas de austeridade.

Isso tudo provocou uma série de problemas sociais. Entre eles, a migração de jovens formados que falam outros idiomas, porque lá não tem emprego. Os idosos perderam muito em suas aposentadorias e suas poupanças para beneficiar os bancos privados. Todas essas mazelas são consequências da maior crise econômica do capitalismo desde 1929, a crise iniciada em 2008, com o estouro da chamada “bolha imobiliária” nos Estados Unidos. A partir daí tornou-se comum ver os diferentes governos realizando ataques ao nível de vida da classe trabalhadora para salvar os lucros dos banqueiros e grandes empresários.



Apesar dos bilhões europeus, a economia da Grécia vem naufragando nos últimos cinco anos (o PIB do país decaiu 25% no período) em decorrência da combinação de pagamentos de juros e implementação de políticas de austeridade.

Segundo Fattorelli, este cenário estaria se repetindo no Brasil desde 1983, quando o governo brasileiro recebeu um pacote de socorro financeiro do FMI. A diferença seria que o Brasil tem mais riqueza para “sangrar”.



No fim de dezembro de 2014, no que seria chamado de “buffet livre” aos bancos europeus, o BCE (Banco Central Europeu) liberou aos grandes bancos da zona do euro 500 bilhões de euros para evitar o que seria a “aproximação de um colapso financeiro”. A dinheirama foi distribuída a 523 bancos com juros de 1%.

Pouco mais de dois meses depois a história se repetiu e outros 500 bilhões de euros aos quais recorreram 800 bancos. O trilhão de euros fornecido pelo BCE deixa mais ou menos claro quem de fato é que a UE quer

salvar: os grandes bancos.

A Grécia conseguiu um empréstimo de 130 bilhões de euros e um perdão forçado das entidades privadas detentoras de bônus, de outros 100 bilhões de sua dívida. Mas, em troca da “ajuda” tem que cumprir exigências, como o corte de 11 bilhões e 5 milhões de euros em seu orçamento. Destes, 6,3 bilhões sairão dos gastos sociais, 3,2 bilhões de salários de funcionários públicos e 2,1 bilhões dos subsídios assistenciais. Se for cumprido o acordo, o valor é liberado da UE e FMI quase exclusivamente para

os grandes bancos.

O perdão de 100 bilhões, outro aparente ótimo negócio para a Grécia foi, na verdade, um grande negócio para os credores. Os títulos gregos já se encontravam desvalorizados no mercado e eram absolutamente impagáveis em seus valores declarados, o seu ajuste na verdade deu nova vida a um monte de papel podre.

O que a burguesia financeira quer garantir é que ordenadamente se saqueie tudo o que é possível da Grécia, antes que a mesma abandone a moeda comum.

O NÃO NO REFERENDO NA GRÉCIA

A Grécia realizou um referendo para aceitar ou rejeitar o “acordo” proposto pela Troika (FMI, UE e BCE) de Angela Merkel, François Hollande, Matteo Renzi e Mariano Rajoy. O NÃO venceu com 61,29% dos votos.

O resultado do referendo foi uma grande derrota política da Troika e da chantagem terrorista do imperialismo. A propaganda imperialista culpava o povo grego pela crise atual para justificar os planos de austeridade. A aplicação desses planos nos últimos cinco anos demonstra essa mentira, pois a situação do país só se agravou. Contra esses planos de austeridade, os gregos realizaram 35 greves gerais e elegeram o governo Syriza em janeiro.

Porém, o governo de Syriza traiu o povo e apresentou uma proposta basicamente igual a que havia sido rechaçada amplamente na votação de 5 de julho passado. Aceitou as exigências centrais da Troika, como manter a dívida externa em seu valor atual (sem nenhum desconto ou redução), a modificação do sistema de aposentadorias, o aumento dos impostos ao turismo e a continuidade do processo de privatização.

Aléxis Tsípras, primeiro-ministro grego do partido Syriza, fez campanha pelo NÃO. Mas tratava-se de um NÃO diferente do que os trabalhadores votaram. O objetivo do governo era voltar à mesa de negociações com o Eurogrupo e conseguir um plano de austeridade “menos mal”, e nem isso o fez! Recuou em todas suas promes-

sas de campanha com o objetivo de conseguir uma “reestruturação” da dívida que é ilegítima. O NÃO do povo grego dizia respeito ao oposto: é pelo aumento dos salários e pensões, o fim das privatizações e da austeridade e, especialmente, em defesa de sua soberania nacional.

Tsípras foi obrigado a convocar o referendo porque seria obrigado a fazer tantas concessões que significariam um suicídio político. Antes do referendo, o governo grego já havia apresentado um plano aos credores que incluía a elevação gradual da idade para aposentadoria de 62 para 67 anos, além de eliminar paulatinamente os subsídios e aumentar os impostos para aposentados. Aumentava também, gradativamente, o superávit fiscal de 1% em 2015 até 3,5% do PIB em 2018. Dessa forma, concordava com quase todas as imposições da Troika. Mas, logo depois da avassaladora vitória do NÃO, o partido dos banqueiros gregos, a Nova Democracia e seu representante, Antónis Samarás, passou a ter sintonia no discurso de que o resultado do referendo foi um mandato para reabrir a negociação de uma solução “sustentável”.

Fattorelli não considera que o acordo feito por Tsípras era o único possível: “Eles poderiam criar uma moeda paralela temporária, solução apontada por economistas famosos, inclusive, até resolver a situação. Se adotassem isso, fariam um bem a toda a humanidade. Mas prosseguir com este modelo suicida não tem futuro”.



Gregos comemoram a vitória do NÃO (OXI) em praça de Atenas

Foto: Marko Djurica/Reuters

Os casos da Argentina e do Equador: Uma comparação pertinente

Em entrevista exclusiva à Opera Mundi, para um melhor entendimento da crise grega, Fattorelli a comparou à que foi vivenciada pela Argentina em 2000: “depois de cumprir todas as privatizações que o FMI queria, o fundo deu as costas ao país e deixou espaço aberto para os bancos privados oferecerem o acordo. Eles colocaram juros equivalentes ao crescimento do PIB e como consequência, hoje a dívida argentina já é um problema novamente e não significou nenhum benefício aquilo (o receituário do FMI). Além disso, o país também não fez a auditoria”.

Em 2008, o presidente equato-

riano, Rafael Correa, anunciou que não pagaria parte da dívida externa do país, após a realização de uma auditoria, da qual Fattorelli participou. A diferença do pequeno país sul-americano para a Grécia, Argentina ou mesmo o Brasil é explicada pela auditora: “Correa conseguiu enfrentar o sistema porque chegou ao poder sem financiamento privado, não chegou lá atrelado aos interesses dos financiadores. Se olharmos no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) do Brasil, quem financiou as campanhas presidenciais e legislativas foram os bancos privados e as grandes corporações”, apontou.

A CRISE E O GOVERNO DILMA

No Brasil, além das denúncias frequentes de corrupção, a profundidade que vem se revelando a crise na economia tem afetado o governo Dilma.

Por um lado, como aconteceu na Europa, a crise leva o governo petista a intensificar os ataques aos direitos e condições de vida dos trabalhadores, minando a sua base de sustentação na população. Por outro, o risco de descontrole da economia leva a que setores do grande empresariado e dos bancos, que até ago-

ra sustentaram o governo, comecem a manifestar dúvida acerca de sua capacidade de neutralizar as lutas e resistência dos trabalhadores para aplicar a fundo o ajuste fiscal, fazer a economia avançar e assegurar seus lucros e interesses.

Todo o modelo econômico aplicado pelo governo petista está voltado para garantir o pagamento da dívida pública aos bancos, assegurar os lucros do grande empresariado, do Agronegócio e os interesses das multinacionais. Ou seja, os interesses da “direita”, que estes dizem combater.



Metalúrgicos de São J. dos Campos protestam contra o governo Dilma

Foto: Tânia Melo

Desde a reeleição de Dilma em outubro passado, este governo tem aumentado os ataques aos direitos dos trabalhadores. Exemplo disso é o ajuste fiscal em curso, cortes de direitos (seguro-desemprego, PIS, aposentadorias e pensões) e de investimentos sociais, aumento do desemprego, da inflação, privatizações, terceirizações etc. Entre os ataques mais recentes estão a MP 676 e o PPE. A MP 676 aumenta o tempo para o trabalhador se aposentar (fórmula 90/100). Já o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) autoriza a diminuição do salário do trabalhador com redução da jornada.

Os trabalhadores estão pagando a conta da crise da economia gerada pela ganância de lucros dos banqueiros e grandes empresários, e pela política econômica adotada pelo governo petista.

O próprio Lula reconheceu que os banqueiros e grandes empresários ganharam mais dinheiro nos governos do PT que em qualquer outro (incluindo os governos do PSDB). Esse ganho veio especialmente dos altos gastos destinados ao pagamento da dívida externa e interna aos banqueiros e para subsídios e incentivos fiscais aos grandes empresários.

Grandes empresas seguem lucrando muito

Depois da estagnação econômica durante o ano de 2014, já houve uma pequena queda de no PIB do 1º trimestre desse ano de 2015 e todas as estimativas para o 2º trimestre apontam outra queda. As avaliações do FMI e do próprio Banco Central brasileiro já indicam que o PIB pode recuar em até 1,5% durante o ano de 2015. Assim, é provável que a economia brasileira entre oficialmente em recessão.

Os grandes empresários logo se utilizam da situação de crise econômica para demitir em massa os trabalhadores. O desemprego, suposta consequência da queda na economia brasileira, já chegou ao índice de 8,1%, segundo o IBGE (cálculo que deixa de fora uma parte significativa dos desempregados). Mas, os bancos e grandes empresas con-

tinuam com lucros exorbitantes e não aceitam diminuir essas taxas.

A “Consultoria Econômica” publicou um ranking das 20 empresas brasileiras de capital aberto que mais lucraram em 2014, quando o Brasil já vivia uma situação de estagnação econômica. Nas três primeiras colocações, apareceram: o Itaú Unibanco, com um lucro de R\$ 20,24 bilhões, representando um crescimento de 28,96% em comparação ao ano anterior; o Bradesco, com um lucro de R\$ 15,08 bilhões, crescimento de 25,62%; e a Ambev, com um lucro de R\$ 12,06 bilhões, crescendo 26,54%.

No mesmo ranking também chama a atenção o salto nos lucros da JBS-Friboi em apenas um ano. A empresa gigante do agronegócio lucrou R\$ 2,03 bilhões em 2014, um crescimento de 119,65% se comparado aos



seus resultados em 2013.

As montadoras de automóveis chegam a uma taxa de lucro de 10% no Brasil, que representa o dobro da média mundial (5%) e mais de três vezes maior do que o lucro dessas empresas transnacionais nos EUA (3%). Elas são justamente um dos setores da indústria que mais recebem

isenções fiscais e empréstimos a juros baixos do governo, especialmente do BNDES.

O desafio é que as grandes empresas abram seus livros caixa, para que se comprovem de fato os tais prejuízos alegados. Claro que não farão isso, pois querem colocar a crise deles na conta dos trabalhadores!

RESISTÊNCIA CONTRA OS ATAQUES DO IMPERIALISMO E DOS GOVERNOS

Paralelo à crise, a classe trabalhadora e os setores oprimidos tem dado um salto em sua luta durante esses sete anos contra os planos do imperialismo e seus governos. Os planos de austeridade e ataques aos direitos não estão passando sem que haja luta, reação e resistência dos trabalhadores e da juventude em todo o mundo.

Na **China**, cuja realidade é menos conhecida pelos ativistas, o número de greves em 2014 foi o dobro do ano anterior, em avaliação não divulgada pelo governo. Operários industriais e da construção civil, mineiros, professores, taxistas e motoristas de caminhões realizaram 1378 greves ou protestos em 2014. Conforme a organização China Labour Bulletin, este número continuou a aumentar no primeiro trimestre de 2015, com um total de 650 greves e protestos con-

tra 569 no último trimestre de 2014.

Na Europa, também houve resistência por parte dos trabalhadores de países como a Grécia, Espanha e Portugal.

A **Espanha**, com a greve geral de 29 de março, entrou em grande estilo no processo de mobilização que tem atingido a periferia europeia. Exemplo do quão forte foi a greve geral é que a energia elétrica teve uma queda em 21% de seu consumo, porque as indústrias simplesmente não funcionaram. Por volta de 95% dos trabalhadores industriais aderiram à greve, houve marchas multitudinárias em várias partes do país. Em Madrid, 170 mil e em Barcelona 275 mil.

O país está com dados sociais parecidos com o grego, com um desemprego médio superior a 20% e que na juventude alcança a cifra absurda de 50%.

RESISTÊNCIA GREGA – Só na Grécia, nos últimos anos, aconteceram mais de 30 greves gerais contra os planos da Troika.

Centenas de funcionários públicos ocuparam diversos ministérios, em protesto contra os planos do governo de cortar entre 150 mil e 200 mil empregos públicos para reduzir o déficit das contas estatais. Os servidores gregos ocuparam em

Atenas os ministérios de Agricultura, Saúde, Finanças, Cultura e Justiça, enquanto estudantes entraram no Ministério de Ensino para protestar contra as reformas educacionais.

Surgiu também um movimento nacional “Não Vamos Pagar”, quando gregos se negaram a pagar pedágios e outras tarifas de acesso a bens públicos. A polícia e outros se negaram a forçá-los a pagar.



Manifestantes portavam bandeiras gregas e foram se concentrando em frente ao Parlamento, Atenas

Foto: Leffteris Pitarakis / AP Photo

NOSSO PAÍS – No Brasil, principalmente a partir de 2008, ano da explosão da crise econômica, vivemos um aumento do processo de mobilização social, que pode ser verificado com o início de um novo ciclo de greves. Segundo dados do DIEESE, em 2008 aconteceram 411 greves; em 2009 -> 518; em 2010 -> 446; em 2012 -> 873.

E o número de greves, paralisações e manifestações só tem aumentado desde então. O que mostra que vem se desenvolvendo uma crescente ruptura da classe operária com o governo do PT. Mas, para além disso, é preciso reconquistar a independência de classe que foi a marca do movimento sindical no Brasil durante os anos 1980.



Jornada de Lutas com protestos na GM, Embraer e Chery em São José dos Campos/SP

Foto: Cláudio Vieira

É preciso uma alternativa de classe para o Brasil

Romper com este governo é essencial para lutar de forma coerente em defesa dos direitos dos trabalhadores. Mas não é suficiente. A classe trabalhadora precisa e pode construir uma alternativa própria, para colocar no lugar de tudo que está aí.

O aprofundamento da crise econômica mundial, os ataques ao nível de vida e aos direitos da classe trabalhadora, a degeneração das velhas e “novas” burocracias sindicais e sua escancarada colaboração de classes, tem tornado uma necessidade pre-

mente o desafio da construção de alternativas independentes no movimento sindical. Neste contexto, a afirmação da CSP-Conlutas enquanto ferramenta de alternativa é muito importante.

A única forma de conseguirmos barrar o PL 4330 e as outras medidas do ajuste fiscal do governo Dilma é unificando todas as lutas no país, procurando construir uma grande greve geral. Por isso, o Sindsef-SP apoia o chamado feito às centrais sindicais pela CSP-Conlutas: é preciso convocar uma Greve Geral no país.



Marcha em Brasília, 2013

Foto: CSP-Conlutas